

Carta de Nova Iguaçu

**“Ninguém liberta ninguém,
Ninguém se liberta sozinho:
Os homens se libertam em comunhão.”
(Paulo Freire)**

A universidade tem como papel fundamental a produção de idéias e de conhecimento para interferir na realidade da sociedade, para isso é importante a inclusão de todos os segmentos da população nessa área do saber acadêmico. Ao se constituir como ponto de convergência de pensadores, a universidade brasileira se elitizou historicamente na hierarquização do trabalho intelectual com vantagens na apropriação não apenas do saber, mas também, através dos salários e da renda do saber, de parte da riqueza da sociedade e para manterem este privilégio, monopolizaram o saber.

Um dos principais elos da cadeia que aprisiona a universidade é o mercado. Desde que se transformou em elemento da produção, a universidade passou a se organizar de forma a produzir a mão-de-obra desejada pelo mercado. Abandonou o papel de formar pensadores e dedicou-se apenas a formar profissionais e teóricos programados para cumprir papel específico na economia de mercado.

Para a universidade brasileira restam duas opções: assumir e auxiliar a elite brasileira na construção de uma sociedade autoritária e segregadora, como ocorreu com a universidade da África do Sul, quando a minoria branca implantou um sistema de apartheid, ou optar por ser um instrumento da construção de uma sociedade integrada, rompendo com a segregação e construindo uma sociedade soberana, eficiente e integrada.

Optar pela segregação significa também uma forma de incompetência e morte da universidade. Para crescer com qualidade a universidade precisa de liberdade e ajudar a libertar, o que é incompatível com uma sociedade dividida. Não há futuro para a universidade brasileira se não houver futuro para a liberdade brasileira. E esta não ocorrerá se não contemplar uma sociedade integrada, caminhando para a igualdade.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº11.096, de 13 de janeiro de 2005 é um exemplo de ação governamental pautada na responsabilidade de gerir políticas de inserção social.

Desde sua implementação em 2005 o ProUni beneficiou, só no Estado do Rio de Janeiro, mais de 30 mil pessoas, cerca de 50 % delas matriculadas na capital. O mesmo tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

Outra importância do ProUni é a de criar perspectivas de fiscalizar e regulamentar as universidades particulares adeptas do programa. Este mecanismo é essencial em um país aonde empresários transformam educação em mercadoria, depreciando a qualidade da educação em troca de lucro. Hoje, no Brasil, aproximadamente 80% dos universitários estão em universidades privadas o que demonstra a força deste setor a ser regulamentado.

Dada a importância deste projeto no processo de inclusão social, por alterar o perfil econômico do estudante universitário brasileiro e abrir o debate sobre a regulamentação das universidades particulares, o ProUni é considerado pelo movimento estudantil um dos maiores projetos de democratização do acesso e moralização da universidade brasileira.

O ProUni se constitui em um esforço legítimo na direção da democratização do acesso à educação superior. Ideologicamente, o ProUni tem a sua responsabilidade social atrelada à defesa de ideais humanísticos, com base em princípios e valores como fraternidade, solidariedade, dignidade da pessoa, bem comum, equidade social e respeito à diversidade.

Como qualquer política pública nova, o ProUni ainda possui alguns problemas. A falta de informação, a impossibilidade de transferência de curso, a exigência de comprovação de renda anual, a desigualdade de concorrência nos espaços acadêmicos e a falta de assistência estudantil são apenas alguns dos mais diversos problemas encontrados pelos bolsistas em diversas instituições. Sendo assim, pontuaremos nesta carta as principais reivindicações que surgiram nos 47 pré-encontros de 28 universidades de 16 municípios do estado do Rio de Janeiro:

- Necessidade de uma regulamentação única do ProUni para todas as IES:

- . Normatização clara e geral dos processos de seleção. Proibição de mecanismos seletivos aplicados sobre o resultado do ENEM pelas IES;
- . Pela adoção gradual da Avaliação de Rendimento no Ensino Médio no processo seletivo, segundo uma lógica de superação do vestibular;
- . Normatização clara e geral dos processos de renovação de bolsas. Definição pelo MEC de uma documentação padrão para a renovação;
- . Proibição da exigência de comprovação semestral ou anual de renda do bolsista já selecionado pelas IES;
- . Para que a duração do contrato da bolsa respeite o tempo que o aluno levar para concluir a graduação, respeitando-se o máximo estabelecido pelas diretrizes do MEC para cada curso; Para que o tempo de trancamento da matrícula seja descontado no tempo do contrato da bolsa, estabelecendo-se um máximo de períodos de trancamento, de acordo com a duração do curso.
- . Aumento súbito das bolsas do ProUni de 8,5% para 10% por IES.

- A necessidade de maior clareza nas informações aos bolsistas e candidatos:

- . Qualificação dos veículos de serviço de atendimento do MEC;
- . Efetivação de uma ouvidoria do Ministério, relacionada à CONAP;
- . Orientação por parte do MEC para que as IES definam equipes e designem responsáveis pelo atendimento ao estudante no âmbito da instituição;

- A situação do bolsista e a demanda por Assistência Estudantil:

- . Vinculação do valor da bolsa-permanência à base do salário-mínimo nacional;
- . Extensão da oferta de bolsa-permanência a todos os estudantes bolsistas do PROUNI;
- . Criação do auxílio-material didático;
- . Criação do auxílio-moradia para estudantes oriundos de outros estados ou municípios;
- . Criação da Lei do Meio-Passe para os estudantes.

- . Isenção do bolsista do PROUNI a taxas nas IES (como carteira da universidade, declarações, 2ª chamada, 2ª via, etc.);
- . Cotas mensais de xérox para os bolsistas.
- . Normatização das atividades de monitoria, estágio e pesquisa pelo bolsista do PROUNI. Pela possibilidade de o bolsista experimentar a iniciação científica e pela inibição de monitorias e estágios não-remunerados sob o argumento de acúmulo de bolsas;
- . Flexibilização das normas para a transferência de curso, turno ou *campus*, especialmente em situações que envolvam emprego e/ou moradia;

- A questão acadêmica e a qualidade do ensino:

- . Fiscalização da qualidade do ensino e do exercício de função social pela IES através do PROUNI;
- . Adoção de propedêuticas de nivelamento para os ingressantes que apresentarem dificuldades de assimilação das aulas;
- . Adoção de políticas de incentivo à pós-graduação;

- Combate ao preconceito e à discriminação:

- . Pela não distinção de alunos prounistas. Inibição da identificação dos bolsistas pela matrícula e da criação de turmas exclusivas de bolsistas;
- . Pela exigência do MEC para que as IES constituem ouvidorias no âmbito da universidade.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse no dia 28 de fevereiro, durante visita à futura sede do pólo universitário de Quixadá (CE), que a expansão de vagas no ensino superior e na educação profissional e tecnológica representa revoluções na educação brasileira. O presidente destacou o Prouni. “É quase proibido a uma grande parte da juventude estudar”, disse Lula. Para o presidente, “os jovens de baixa renda encontram dificuldades para conseguir uma vaga em universidades federais e acabam tendo de pagar caro para realizar os estudos em instituições privadas”. Por isso, o presidente considera o Prouni, em que são concedidas bolsas a alunos de baixa renda, “uma pequena revolução na educação”.

O presidente lembrou que há mais de 300 mil alunos bolsistas do Prouni. “Queremos chegar, até 2010, a 400 mil alunos da periferia e das escolas públicas”. Sendo assim, para Lula, não faltarão recursos ou vontade política para concluir as ações que buscam ampliar o acesso à educação superior.

O movimento estudantil, vem por meio desta carta ratificar a nossa vontade de mudar a educação e o acesso a universidade no Brasil e que estamos cotidianamente antenados no que está acontecendo e confiantes na mudança, expomos aqui as palavras do próprio presidente: “Tem dinheiro, tem vontade política do presidente, tem decisão do ministro da Educação, tem a vontade do povo brasileiro (...) Vamos fazer isso porque compreendemos que sem formar a nossa juventude, sem aumentar o nível de escolaridade e de conhecimento do nosso povo, a gente não dá o salto de qualidade que o Brasil precisa”, finalizando seu discurso.

Portanto o desafio da universidade é situar-se no contexto da sociedade brasileira, colaborando na criação de um pensamento capaz de ajudar na construção de uma idéia de nação que conquiste sua soberania, que organize sua sociedade de forma eficiente e que caminhe para a integração de uma crescente igualdade entre seus habitantes.

“A grandeza de um homem se define por sua imaginação.

E sem uma educação de primeira qualidade, a imaginação é pobre e incapaz de dar ao homem instrumentos para transformar o mundo.”

(Florestan Fernandes)